GRANDEZA ETERNA

LUIZ SUCUPIRA

Quem teve oportunidade de presenciar pela televisão as cenas empolgantes que enfeixaram o instante derradeiro da passagem do Papa Paulo VI pela terra não poderia deixar de ficar impressionado com a majestade e a grandiosidade daquele acontecimento que, menos do que a descida a uma sepultura, era uma glorificação espetacular a que não faltaram palmas e ovações da multidão imensa que assitia embevecida à explendorosa cerimônia. Diante daquela insopitável mas ordeira e espontânea manifestação de centenas de milhares de pessoas em torno de seu falecido chefe espiritual, vinha à mente a insidiosa pergunta feita pelo ditador Stalin ao Presidente Roosevelt, quando proposta a participação do Vaticano na Organização das Nações Unidas, então em elaboração: Quantas divisões militares possui o Papa?

A resposta estava sendo dada ali, naquele instante memorável, quando milhares e milhares de pessoas, vindas de todos os recantos da terra, constituídas da fina flor do mundo social, desde reis e presidentes de Repúblicas até políticos e embaixadores, misturavam-se à boa e maravilhosa gente do povo. E era a homenagem não a um dominador de nações, senhor da vida e da morte de seus súditos, oprimidos e temerosos, mas a afirmação de reverência e de submissão moral a quem se intitulava Servo dos Servos de Deus e que fizera de seu glorioso reinado uma forma serena e segura de servir em vez de ser servido.

Naquela majestade que a morte extinguira não desaparecera nem a glória de ser grande nem a força de ser bom.

Escolhido pelo Espírito Santo para continuar na direção da Igreja de Cristo e contando com os poderes celestiais entregues a Pedro e transmitidos a todos os seus sucessores, o Papa Paulo VI realizou, nos seus 15 anos de pontificado, uma obra de envergadura espiritual, de solidificação estrutural da Catolicidade, que bem provou que a investidura de seu governo não decorreu apenas da vontade do colégio cardinalício que o colocou no trono de S. Pedro. Sua ação na diretoria da "barca" dos apóstolos foi visivelmente fruto de inspiração divina. Ocupando o mais alto posto da sociedade estabelecida pelo próprio Cristo, conseguiu enfrentar e vencer as arremetidas que o poder das trevas lançava contra a Igreja e com serenidade, com dignidade e com autoridade fazia ouvir sua voz de Pastor e de Pai, desvanecendo os ímpetos dos renovadores ou as resistências dos conservadores, em atitudes que a muitos poderiam parecer de tolerância excessiva e a outros de intransigência injustificável.

Cabendo-lhe dar execução às diretrizes aprovadas e apontadas pelo II Concílio Vaticano, é de ver as dificuldades que se lhe antepunham para

evitar desentendimento e mal entendidos que poderiam, na falta de salutar prudência, levar a secessões perigosas, dado o clima de angústia, de revolta e de desespero mesmo em que se vem debatendo grande parte da Comunidade.

A voz do Papa não deixava de se fazer ouvida sempre que havia necessidade de esclarecer situações, resolver dúvidas e estabelecer decisões.

E entre os documentos que bem alto afirmaram sua decisão de manter a unidade da fé e a moralidade dos costumes, figuram suas admiráveis Encíclicas, como: "Ecclesiam Suam", de agosto de 1964, na qual, como programa de seu pontificado, traça as linhas mestras da sua missão: renovar a Igreja; dialogar com o mundo e comunicar a verdade; "Mense Maio", de abril de 1965, na qual expressa as necessidades da Igreja, no momento mesmo em que se concluia o Concílio Ecuménico, e diante de graves problemas internacionais; "Mysterium Fidei", ainda em 1965, quando ele reiterou a doutrina da Igreja sobre o Sacrifício da Missa e a presença Eucarística; "Sacerdotalis Celibatus", em 1967, quando reafirmou o valor e a grandeza do celibato sacerdotal e afastou as veleidades reformistas de concessões matrimoniais nesse terreno; "Populorum Progréssio", de 1967, na qual aceita as diretrizes magnas da Igreja no tocante a organização da sociedade econômica, com severas críticas ao liberalismo capitalista, que estava levando a humanidade a sofrimentos sempre maiores para os pobres e enriquecimentos injustos para os ricos; "Humanae Vitae", de 1968, com a afirmação da doutrina da Igreja que defende por todos os meios o direito à vida, donde a condenação de práticas anticoncepcionais, que representam atentados a ordem natural da conservação da espécie; "Octogéssima Adveniens", de 1971, em forma de carta Apostólica ao Cardeal Roy, verdadeiro tratado da doutrina social da Igreja, no qual assinala a incompatibilidade entre os princípios do Cristianismo e os do Marxismo, condenando com o socialismo também o liberalismo, a tecnocracia e o que chamou de "novas utopias"; "Evangelii Nuntiandi", de 1975, afirmando que o conteúdo da Mensagem Evangélica deve ser exposto sem reduções ou ambiguidades evitando, assim, as inovações exageradas e as interpretações desautorizadas.

Paulo VI há de figurar na galeria dos governantes da Igreja como dos mais devotados, dos mais dedicados e também dos mais sofredores Vigários de Cristo na terra.